



**CONFORME SOLICITAÇÃO DO AUTOR, ESTA
PRODUÇÃO INTELECTUAL POSSUI
RESTRIÇÃO DE ACESSO**

**CAXIAS DO SUL
2021**

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – DOUTORADO**

NATACHA SOUZA JOHN

**O Pagamento Por Serviços Ambientais: dos fundamentos jurídicos à
necessidade de institucionalização**

CAXIAS DO SUL (RS)

2022

NATACHA SOUZA JOHN

**O Pagamento Por Serviços Ambientais: dos fundamentos jurídicos à
necessidade de institucionalização**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito - UCS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Direito. Linha de Pesquisa: Direito Ambiental e Novos Direitos. Orientador: Prof. Dr. Adir Ubaldo Rech

CAXIAS DO SUL (RS)

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

J65p John, Natacha Souza
O pagamento por serviços ambientais [recurso eletrônico] : dos fundamentos jurídicos à necessidade de institucionalização / Natacha Souza John. – 2022.
Dados eletrônicos.
Tese (Doutorado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Direito, 2022.
Orientação: Adir Ubaldo Rech.
Modo de acesso: World Wide Web
Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>
1. Direito ambiental. 2. Proteção ambiental. 3. Política ambiental. 4. Ecossistemas. 5. Serviços ambientais. 6. Meio ambiente - Mapas de zoneamento I. Rech, Adir Ubaldo, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 349.6

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Ana Guimarães Pereira - CRB 10/1460

“O PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS: DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS À NECESSIDADE DE INSTITUCIONALIZAÇÃO”

Natacha Souza John

Tese de Doutorado submetida à Banca Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutora em Direito, Área de Concentração: Direito Ambiental e Novos Direitos.

Caxias do Sul, 30 de março de 2022.

Prof. Dr. Adir Ubaldo Rech (Orientador)
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Carlos Alberto Lunelli
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Maria Carolina Rosa Gullo
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Fábio Scopel Vanin
Centro Universitário da Serra Gaúcha

Prof. Dr. Ricardo Hermany
Universidade de Santa Cruz do Sul

RESUMO

A necessidade dos serviços ecossistêmicos, deve ser uma preocupação do Direito, enquanto os benefícios que as pessoas obtêm deles são essenciais à vida, sobrevivência e ao bem-estar humano. Contudo, eles são insuficientemente e pouco considerados nas decisões sobre a conservação ou degradação dos ecossistemas, motivo pelo qual se encontram cada vez mais escassos no meio ambiente. Cabe também ao Direito dar uma resposta efetiva para tornar os serviços ecossistêmicos perceptíveis diante da economia, instituições e sociedade. Determinadas iniciativas já estão sendo realizadas tanto à nível Municipal, Estadual e Federal no âmbito Nacional, bem como no contexto internacional. Nesse contexto, o presente trabalho visa entender o que são os serviços ecossistêmicos, como eles exteriorizam-se em quanto a uma racionalidade marcada de relação com o meio ambiente, pela tensão entre os seres humanos, especialmente econômica, e a apropriação dos recursos naturais, muitas vezes, diretamente relacionado com o agravamento da problemática ambiental e a incapacidade de lhe oferecer soluções adequadas e economicamente possíveis e como o Direito está recepcionando esse conceito e pode trazer uma solução eficaz, onde efetivamente acontece os maiores problemas ambientais. No intuito de responder à pergunta fundante: “O PSA é um instrumento adequado à proteção dos serviços ecossistêmicos no contexto da crise ambiental?” elaborou-se pesquisa bibliográfica e documental com fontes primárias legislativas e estudos acerca do uso real do objeto, buscando-se a compreensão do mundo teórico e da práxis, permitindo conhecer as contradições existentes entre eles. Assim, objetivo geral da presente pesquisa é demonstrar que o PSA pode se apresentar como uma solução eficaz, para a preservação dos Serviços Ecossistêmicos, especialmente se adequadamente tutelados, mediante instrumentos jurídicos específicos, como no caso em tela, o Zoneamento Econômico Ecológico. Em relação aos objetivos específicos do trabalho foram os seguintes: Inicialmente o primeiro objetivo desta tese é verificar como a garantia ao Direito Humano ao meio ambiente ecologicamente equilibrado necessita da preservação e o acesso justo e equânime dos serviços ecossistêmicos. Na sequência, o segundo objetivo é analisar os serviços ecossistêmicos e as complexidades valorativas, verificando as dificuldades que permeiam suas metodologias de valoração e efetivação, bem como a compreensão dos Princípios de Direito Ambiental aplicados a valoração Economia Ambiental e Economia Ecológica. E finalmente, estudar os fundamentos jurídicos, das distintas perspectivas conceituais e as tipologias do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) através das legislações, institutos, instrumentos e políticas voltadas para a tutela e valorização dos serviços ecossistêmicos enfocando a possibilidade e a necessidade da institucionalização, através do Zoneamento Ambiental, para garantir a efetividade da Política Nacional do Pagamento dos Serviços Ambientais. Nesta perspectiva, busca-se a reflexão em relação a sua efetividade e aplicabilidade, mediante instrumentos jurídicos necessários e indispensáveis, como o zoneamento ambiental e os contratos que concretizam o marco legal e o Pagamento por Serviços Ambientais, garantindo e provendo os serviços ecossistêmicos. O resultado é uma forma efetiva legítima e concreta de tutela do meio ambiente.

Palavras-Chave: Crise Ambiental; Efetividade; Pagamento por Serviços Ambientais; Serviços Ecossistêmicos; Zoneamento Ambiental.

RESUMÉN

La necesidad de los servicios de los ecosistemas debe ser una preocupación de la ley, mientras que los beneficios que las personas obtienen de ellos son esenciales para la vida, la supervivencia y el bienestar humano. Sin embargo, son insuficiente y poco considerados en las decisiones sobre la conservación o degradación de los ecosistemas, razón por la cual son cada vez más escasos en el medio ambiente. Corresponde también a la Ley dar una respuesta eficaz para hacer perceptibles los servicios ecosistémicos a la economía, las instituciones y la sociedad. Ciertas iniciativas ya se están realizando a nivel Municipal, Estatal y Federal a nivel Nacional, así como en el contexto internacional con el medio ambiente, debido a la tensión entre los seres humanos, especialmente económica, y la apropiación de los recursos naturales, muchas veces directamente relacionado con el agravamiento del problema ambiental y la imposibilidad de ofrecer soluciones adecuadas y económicamente posibles y cómo la Ley está acogiendo este concepto y puede traer una solución efectiva, donde realmente se presentan los mayores problemas ambientales. Se realizó una investigación bibliográfica y documental con fuentes legislativas primarias y estudios sobre el uso real del objeto buscando comprender el mundo teórico y la praxis, permitiendo conocer las contradicciones existentes entre ellos. Así, el objetivo general de la presente investigación es demostrar que el PSA puede presentarse como una solución eficaz para la preservación de los Servicios Ecosistémicos, especialmente si se protegen adecuadamente, a través de instrumentos jurídicos específicos, como en el presente caso, la Zonificación Económica Ecológica. En relación a los objetivos específicos del trabajo fueron los siguientes: Inicialmente, el primer objetivo de esta tesis es verificar cómo la garantía del Derecho Humano a un medio ambiente ecológicamente equilibrado requiere la preservación y el acceso justo y equitativo a los servicios ecosistémicos. y complejidades de valoración, constatando las dificultades que atraviesan sus metodologías de valoración y eficacia, así como la comprensión de los Principios del Derecho Ambiental aplicados a la valoración de la Economía Ambiental y la Economía Ecológica y, por último, estudiar los fundamentos jurídicos, desde distintas perspectivas conceptuales y las tipologías de Pago. de Servicios Ambientales (PSA) a través de legislación, institutos, instrumentos y políticas tendientes a proteger y valorar los servicios ecosistémicos, con foco en la posibilidad y necesidad de institucionalización, a través de la Zonificación Ambiental, para garantizar la efectividad del Po Política Nacional de Pago de Servicios Ambientales. En esta perspectiva, buscamos reflexionar sobre su efectividad y aplicabilidad, a través de instrumentos legales necesarios e indispensables, como la zonificación ambiental y los contratos que instrumentan el marco legal y el Pago por Servicios Ambientales, garantizando y prestando los servicios ecosistémicos. El resultado es una forma legítima de medio ambiente.

Palabras Clave: Crisis Ambiental; Eficacia; Pago por Servicios Ambientales; Servicios de ecosistema; Zonificación Ambiental,

ABSTRACT

The main objective of this thesis is to verify the (in)adequacy of the economic instrument, Payment for Environmental Services (PES) to ensure the protection of ecosystem services in the context of the environmental crisis. The latter conceived as a social issue, marked by the tension between humans and the appropriation of natural resources. It is also perceived as a crisis of knowledge, directly related to the proliferation of environmental problems and unable to offer an adequate solution. In order to answer the founding question: "Is the PES an appropriate instrument for the protection of ecosystem services in the context of the environmental crisis?", it was elaborated a bibliographical and a documental research with legislative primary sources and studies about the actual use of the object, looking for understanding of the theoretical world and the praxis, allowing to know the contradictions between them. The specific objectives were as follows: a) To study the process of transformation of the concept of wealth within the economic thought, from the environmental crisis and marginalization of nature; b) To investigate the internalization of negative external strategies designed by the Environmental Economics and received by the law, on the limits offered by the Law of Entropy; c) To find the conceptual difficulties that permeate the ecosystem services and their traditional evaluation methods, facing the possibility of a new approach for the construction in terms of evaluation of ecosystem services, based on Ecological Economics; d) To analyze the legal basis, the different conceptual perspectives and the types of Payment for Environmental Services (PES); e) To scan the implementation experience of Payment for Environmental Services (PES) in Costa Rica and Brazil, outlining the future prospects of this instrument in the Brazilian context. Each of them corresponding to one of the chapters that ordered the issue. The survey confirmed its hypothesis in order to understand the inadequacy of PES for the protection of ecosystem services in the context of the environmental crisis. It was noted, however, that the Ecological Economics may bring some support in the scope of thinking up new design for the instrument as well as distinctive approach to evaluating ecosystem. In this perspective, we seek to reflect on its effectiveness and applicability, through necessary and indispensable legal instruments, such as environmental zoning and contracts that implement the legal framework and Payment for Environmental Services, guaranteeing and providing ecosystem services, guaranteeing and providing ecosystem services. The result is a legitimate way of protecting the environment.

Key Words: Environmental Crisis; Effectiveness; Payment for Environmental Services; Ecosystem Services; Environmental Zoning